



## **A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NO ENSINO MÉDIO E A APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS: CONSTRUINDO UMA PROPOSTA**

*EDUCATION FOR CITIZENSHIP IN HIGH SCHOOL AND PROJECT-BASED LEARNING: BUILDING A PROPOSAL*

*EDUCACIÓN PARA LA CIUDADANÍA EN LA SECUNDARIA Y APRENDIZAJE BASADO EN PROYECTOS: CONSTRUYENDO UNA PROPUESTA*

### **Gabriela Freller**



Graduada em Ciências Sociais  
(USP)

Professora de Sociologia e  
Filosofia no Colégio Palavra Viva  
e no Colégio São Paulo

[gbfreller@gmail.com](mailto:gbfreller@gmail.com)

### **Lilian Amaral de Carvalho**



Doutorado em Ciências – Química  
(UFMG)

Professora no Instituto Federal de  
Minas Gerais (IFMG)

[lilian.carvalho@ifmg.edu.br](mailto:lilian.carvalho@ifmg.edu.br)

### **Resumo**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta o ensino em todas as etapas da educação básica e utiliza a ideia de cidadania como estruturante de sua proposta por meio do conceito de competências. O objetivo do artigo foi analisar como a demanda de construção da cidadania nas escolas é apresentada nos documentos oficiais que embasam o currículo do ensino básico brasileiro e propor uma metodologia para sua realização utilizando a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP). O artigo foi dividido em três partes: 1) análise dos documentos que orientam a educação básica, buscando identificar propostas referentes à formação cidadã; 2) revisão da bibliografia sobre a ABP; e 3) proposição de metodologia para utilização da ABP no desenvolvimento da formação cidadã. Observou-se que a ABP pode ser adequada para trabalhar a cidadania em sala de aula e espera-se que a sequência didática possa auxiliar os professores a trabalhar este tema.

**Palavras-chave:** Aprendizagem Baseada em Projetos. Cidadania. BNCC.

**Recebido em:** 29 de agosto de 2022.

**Aprovado em:** 26 de outubro de 2022.

Como citar esse artigo (ABNT):

FRELLER, Gabriela; CARVALHO, Lilian Amaral de. A educação para a cidadania no Ensino Médio e a Aprendizagem Baseada em Projetos: construindo uma proposta. **Revista Prática Docente**, v. 7, n. 3, e22074, 2022.

<http://doi.org/10.23926/RPD.2022.v7.n3.e22074.id1664>



### Abstract

The National Curricular Common Base guides teaching at all stages of basic education and uses the citizenship ideas as a structuring base of its proposal through the concept of competences. The objective of this article is to analyze how the demand for building citizenship in schools is presented in the official documents that support the Brazilian basic education curriculum and to propose a methodology for its realization using the Problem-Based Learning (PBL). The article was divided in three parts: I) analysis of the documents that guide Brazilian basic education, aiming to identify the proposals regarding citizenship formation; II) bibliography review about the PBL; and III) proposition of a methodology for the use of PBL for the development of citizenship education. It was observed that the PBL might be an adequate methodology for the citizenship development in the classroom, and it is expected that the didactic sequence might help teachers to work on this subject.

**Keywords:** Problem-Based Learning. Citizenship. BNCC.

### Resumen

La Base Curricular Común Nacional (BNCC) orienta la enseñanza en todas las etapas de la educación básica y utiliza la idea de ciudadanía como estructurante de su propuesta a través del concepto de competencias. El objetivo del artículo fue analizar cómo se presenta la demanda de construcción de ciudadanía en las escuelas en los documentos oficiales que sustentan el currículo de educación básica brasileño y proponer una metodología para su realización utilizando el Aprendizaje Basado en Proyectos (ABP). El artículo se dividió en tres partes: 1) análisis de documentos que orientan la educación básica, buscando identificar propuestas referentes a la formación ciudadana; 2) revisión de la literatura sobre PBL; y 3) propuesta de una metodología para el uso del ABP en el desarrollo de la formación ciudadana. Se observó que el PBL puede ser adecuado para trabajar la ciudadanía en el aula y se espera que la secuencia didáctica pueda ayudar a los docentes a trabajar este tema.

**Palabras clave:** Aprendizaje Basado en Proyectos. Ciudadanía. BNCC.



## 1 INTRODUÇÃO

A ideia de cidadania é uma constante nos documentos oficiais que orientam o ensino básico no Brasil, especialmente em suas abordagens sobre o Ensino Médio. Desde a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (BRASIL, 1996), consta, entre as finalidades da etapa do Ensino Médio, a “[...] preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando” (BRASIL, 1996, p. 12). Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) de 2018 (BRASIL, 2018b), esse objetivo é reforçado, como será mostrado posteriormente. Apesar disso, nenhum desses documentos propõe-se a definir o que significa cidadania. Para as finalidades do presente artigo, utiliza-se do núcleo da definição da cidadania como qualidade daquele que é cidadão, ou seja, “[...] do indivíduo pertencente a uma comunidade e portador de um conjunto de direitos e deveres” (FERREIRA; FERNANDES, 2013, p. 145).

A BNCC, documento que orienta o ensino em todas as etapas da educação básica, utiliza a ideia de cidadania como estruturante de sua proposta por meio do conceito de competências. O currículo afirmado pela BNCC é moldado a partir da concepção de desenvolvimento de competências, definidas como “[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (BRASIL, 2018a, p. 8).

Assim, as competências são tidas como ferramentas para acessar formas de saber e saber fazer que permitam enfrentar as diferentes demandas da vida cotidiana, dentre as quais, insere-se o exercício da cidadania. Ao lado disso, a BNCC justifica um ensino baseado em competências à medida que ele proporciona o desenvolvimento de valores e ações que colaborem com a construção de uma sociedade mais humana, socialmente justa e voltada à preservação da natureza (BRASIL, 2018a). Entende-se que tais propostas se articulam ao eixo da construção da cidadania por meio da educação, na medida em que seus princípios se realizam a partir da participação política e social no contexto de um Estado.

Dentre as competências gerais da educação básica, estruturantes de todas as etapas de ensino, constam a competência nove – “[...] exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos” (BRASIL, 2018a, p. 9) – e a dez – “[...] agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em



princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.” (BRASIL, 2018a, p. 9). Compreende-se, neste artigo, que tais competências gerais se relacionam, novamente, à demanda de desenvolvimento da cidadania por meio da educação. A vida cidadã pressupõe a ação individual e coletiva visando determinados valores e princípios, conforme abordados nas competências nove e dez da BNCC. Não é possível pensar na garantia dos direitos humanos, da ética e da democracia sem se referir a uma vida cidadã, com suas conexões a direitos e deveres.

A competência geral seis da BNCC é mais explícita em sua referência a esses aspectos, afirmando que a educação deve permitir que o estudante se aproprie de diferentes conhecimentos e experiências, tendo em vista “[...] fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida” (BRASIL, 2018a, p. 9). Assim, a BNCC afirma a necessidade de contato com uma pluralidade de saberes e vivências, visando à tomada de decisões com base em critérios individuais e coletivos, sendo que essa dimensão coletiva se insere na construção da cidadania.

O objetivo do presente artigo foi analisar como a demanda de construção da cidadania nas escolas é apresentada nos documentos oficiais que embasam o currículo do ensino básico brasileiro e propor uma metodologia para sua realização utilizando os princípios da Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP).

## 2 METODOLOGIA

Inicialmente, fez-se uma investigação sobre como as temáticas políticas são abordadas e propostas nos documentos oficiais que embasam o currículo do ensino básico brasileiro, a saber: a LDB (BRASIL, 1996), a BNCC (BRASIL, 2018a) e as DCNEM (BRASIL, 2018b). Em seguida, fez-se uma análise da ABP e sobre como ela poderia articulada à demanda de formação política no Ensino Médio. Por fim, preparou-se uma proposta de plano de aula com o uso dessa metodologia para o estudo de política no Ensino Médio, mostrada a seguir.

### 2.1. APRESENTAÇÃO DO PLANO DE AULA

Este plano de aula propõe uma sequência didática para o ensino de política no Ensino Médio, tomando como base a metodologia do Ensino Baseado em Projetos. O foco desse produto é o desenvolvimento da reflexão filosófica sobre a política, a partir de uma situação presente na vida de qualquer cidadão em um Estado democrático: a decisão sobre o voto.



## 2.2. OBJETIVO(S) DO PLANO DE AULA

O objetivo geral desse produto é proporcionar o aprendizado aos estudantes do Ensino Médio sobre a temática de política, utilizando a Aprendizagem Baseada em Projetos. Como objetivo específico, consta possibilitar uma ferramenta para desenvolvimento de uma formação cidadã que estimule no aluno a capacidade de se inserir de forma autônoma na política democrática. Além disso, a sequência didática permite o aprimoramento da formação sobre teóricos que formularam sobre a filosofia política, com destaque para os contratualistas.

## 2.3. PLANEJAMENTO DIDÁTICO

Sugere-se ao professor que ele busque utilizar as propostas contidas nesse produto educacional de acordo com as características abaixo:

- Tema: voto e cidadania.
- Público-Alvo: alunos do 2º ou 3º ano do Ensino Médio, que começam a formular questionamentos a respeito de seu primeiro voto.
- Duração: seis a oito aulas.
- Recursos didáticos: internet e computador/celular ou outro recurso para pesquisa virtual; textos impressos ou disponíveis virtualmente;
- Metodologia: Aprendizagem Baseada em Projetos.

## 2.4. PROPOSTA METODOLÓGICA

É indicado que o professor dedique ao menos parte da aula inicial para a sensibilização dos alunos sobre a temática em questão, abordando a importância da política na definição da vida cotidiana, e a relevância do voto para o direcionamento desse processo. Por um lado, pode-se utilizar de vídeos, notícias e imagens para despertar nos alunos a percepção sobre o tema. Por outro, pode-se optar por uma aula dialogada que tenha como ponto de partida a seguinte questão: “Como a política/o voto influenciam nas diferentes esferas da vida cotidiana?”. É vantajoso que se aborde o impacto da política em áreas já consideradas relevantes pelos alunos – como esportes, cultura, lazer, estudo, trabalho, etc., de acordo com o perfil da turma.

Além disso, recomenda-se que o professor busque compreender como os alunos enxergam a questão do voto; quantos podem e planejam votar na eleição mais próxima; quais motivações os levam a querer ou não votar; e como eles acreditam que deve ser decidido o voto nas eleições. É provável que apareçam opiniões de que eles ainda não são capazes de escolher candidatos de forma consciente, o que pode ser uma valiosa ponte para a introdução do projeto.



Feita a sensibilização sobre a temática, o professor pode apresentar o questionamento que é o eixo do projeto: “Quais fatores devem ser considerados para que eu decida meu voto?”. De acordo com os fundamentos da Aprendizagem Baseada em Projetos, é importante que os alunos percebam que essa é uma questão que será parte da vida de todos eles. Trata-se de um problema real diante do qual é necessário estabelecer um plano de resolução. Caso a sensibilização não tenha sido suficiente, considera-se válido que o professor busque reforçar entre os alunos essa percepção inicial.

Sugere-se que o professor divida a turma em grupos de quatro a cinco pessoas, buscando misturar estudantes com diferentes perfis de aprendizagem. É útil voltar a atenção para os primeiros contatos em cada grupo, buscando dedicar mais atenção para aqueles que indiquem uma dinâmica com mais atritos e/ou com menos iniciativa.

A primeira aula de contato dos alunos com esse questionamento pode ser voltada para a construção de hipóteses entre os grupos. Quais fatores eles consideram, de acordo com seus conhecimentos iniciais, que devem ser levados em consideração para a escolha do voto? Quais fatores eles consideram que os cidadãos levam em consideração para essa escolha? Quais fatores eles supõem que são menos considerados do que deveriam?

Na aula subsequente, os alunos podem iniciar suas pesquisas em grupo. Nesse momento, é importante uma orientação do professor sobre questões-chave que devem ser buscadas e, preferencialmente, sobre algumas bibliografias básicas que podem ser úteis para a descoberta dessas questões. Sugere-se que o professor forneça algumas perguntas, cabendo aos grupos completá-las com seus questionamentos autorais. Recomenda-se buscar estimular a percepção de que, por trás de uma escolha de um candidato, está a escolha de um projeto político, que implica diferentes formas de construir um governo. Deve-se evidenciar que, para cada pergunta estabelecida, o grupo deve buscar respostas já formuladas de filósofos ou outros teóricos da política, para, em seguida, elaborar suas próprias soluções. A construção da autonomia possibilitada pela Aprendizagem Baseada em Projetos passa por esse processo, no qual se parte de um acúmulo teórico para, então, formular suas próprias proposições.

Como citado anteriormente, é recomendado que o professor indique algumas fontes que possam ser ponto de partida para a pesquisa dos alunos. De antemão, sugere-se aqui o uso da bibliografia dos filósofos contratualistas, que buscam refletir sobre a função do Estado por meio da ideia de um contrato social pressuposto para sua conformação. Para cada visão desses autores sobre o contrato social que origina o Estado, corresponde uma visão filosófica sobre quais são



as funções básicas dessa instituição política. O professor deve orientar os alunos para que eles busquem identificá-los. Caso desejado, é possível dedicar uma a três aulas para a exposição do professor sobre o tema. Entretanto, é válido destacar que é possível utilizar quaisquer filósofos que tenham formulado sobre o papel do Estado moderno.

De forma sintética, é possível dizer que há três visões sobre a função do Estado entre os autores contratualistas: o Estado deve servir para preservar a vida e a segurança dos cidadãos (Thomas Hobbes); o Estado deve servir para garantir a liberdade e a vida dos cidadãos e para ser um mediador de seus conflitos (John Locke); o Estado deve servir para promover a liberdade e a igualdade social entre os cidadãos (Jean-Jacques Rousseau). Esses filósofos também trazem diferentes perspectivas sobre o regime político mais adequado para cumprir com esses objetivos, perspectivas essas que podem ser analisadas pelos estudantes.

Partindo da bibliografia dos filósofos contratualistas, indica-se como perguntas úteis para o direcionamento dos alunos: Qual a função do Estado moderno e do governo? O contrato social e o Estado que se origina dele vem para resolver qual problema existente antes? Quais condições básicas para o Estado são apontadas como necessárias para que ele cumpra o papel que lhe foi dado em suas origens? O que é obrigatório e o que é inaceitável que um governante faça? Como as visões sobre essas questões podem ser analisadas na proposta de um candidato? Caso o professor opte por outras bibliografias básicas, de acordo com seu planejamento didático, é importante que sejam formuladas perguntas adequadas, que sejam respondidas pelos autores escolhidos e que possam ser analisadas pelos próprios alunos.

De acordo com a proposta de Aprendizagem Baseada em Projetos, os grupos deverão buscar construir sua própria resposta para uma necessidade que faz ou fará parte da vida deles. Assim, sugere-se que as aulas seguintes sejam todas dedicadas à pesquisa em grupos, cabendo aos alunos formular uma saída para a problemática em questão, ou seja, “quais fatores devem ser considerados para que eu decida meu voto?”. É importante destacar que, tal como nos projetos que formulamos em nossa vida cotidiana, não há só um caminho para resolvê-lo e o mesmo nunca será definitivo. Ao professor, caberá acompanhar a construção das respostas dos grupos, propondo questões, dilemas e caminhos a serem utilizados pelos alunos. Além disso, é recomendável que se mantenha uma dinâmica de *feedbacks* periódicos aos grupos, que lhes permitam compreender seu próprio processo.

Nesse caminho, os estudantes devem ser capazes de reconhecer os pontos centrais levantados pelos autores selecionados pelo professor. Após reconhecer, devem analisá-los



criticamente, vendo a pertinência ou não de suas proposições. Além disso, os grupos devem procurar formas de identificar em candidatos o acordo ou não com os elementos levantados pelos autores e pelos próprios alunos. Caso seja necessário, o educador pode indicar fontes de pesquisa dos programas dos candidatos em uma eleição.

Por fim, o professor pode propor uma forma de mostrar à comunidade escolar os conhecimentos adquiridos nesse projeto. O educador pode optar por um jornal, uma página de rede social, uma campanha visual pelo colégio, seminário e outros meios que permitam que os estudantes compartilhem com a comunidade escolar a forma como resolveram o problema que motiva o presente projeto. É válido também permitir ao aluno a escolha do melhor meio para apresentar esses acúmulos.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1. A TEMÁTICA CIDADANIA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Se a BNCC toma como estruturante o conceito de cidadania, ela amplia as conexões entre educação e política em suas proposições para o Ensino Médio. Ao abordar especificamente essa etapa de ensino, a BNCC retoma as DCNEM (BRASIL, 2018b), reconhecendo os jovens como participantes ativos da sociedade, e propõe a recontextualização dos objetivos para essa fase afirmados na LDB (BRASIL, 1996). Assim, aponta-se a necessidade de valorizar a participação política e social do jovem e de construir processos baseados na justiça e em outros valores sociais. Compreende-se que essa demanda é inseparável da construção de um indivíduo no marco de direitos e deveres dentro de um Estado – ou seja, da cidadania.

Ainda, a BNCC afirma como foco de aprendizado “[...] os estudantes e suas experiências como jovens cidadãos” (BRASIL, 2018a, p. 472). Tal proposta se insere no projeto de educação integral, que se propõe a desenvolver o ser humano em todas as suas dimensões, para além de sua condição de estudante. Uma dessas dimensões é a da sua vida como jovem cidadão, normalmente iniciante na vida democrática e eleitoral.

As DCNEM (BRASIL, 2018b) vão no mesmo sentido, inserindo como objetivo do Ensino Médio a formação integral do jovem, promovendo sua autonomia, seu comportamento cidadão e seu protagonismo na construção do projeto de vida. Tal objetivo se expressa em sua abordagem sobre as propostas pedagógicas que devem ser adotadas nas unidades escolares.





Para os fins do presente artigo, destaca-se alguns dos elementos que as diretrizes consideram essenciais de serem levados em consideração:

V - comportamento ético, como ponto de partida para o reconhecimento dos direitos humanos e da cidadania, e para a prática de um humanismo contemporâneo expresso pelo reconhecimento, respeito e acolhimento da identidade do outro e pela incorporação da solidariedade; [...]

X - atividades sociais que estimulem o convívio humano; [...]

XXI - participação social e protagonismo dos estudantes, como agentes de transformação de suas unidades de ensino e de suas comunidades; (BRASIL, 2018b, p. 13).

Entende-se que todos esses aspectos se relacionam à temática da cidadania e da vida política. A política, como espaço de resolução de conflitos, é condição para o desenvolvimento do convívio humano e da participação social dos jovens. Ainda, conforme citado nas próprias Diretrizes, o comportamento ético está imbricado com a demanda de reconhecimento e construção da cidadania.

Além disso, cabe analisar as referências específicas para a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, que retomam e desenvolvem os objetivos aqui analisados para a etapa do Ensino Médio. De acordo com a BNCC, essa área deve se orientar pela formação ética, tendo “[...] como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha” (BRASIL, 2018a, p. 561). Novamente, aparece o conceito de justiça e outros valores que passam, necessariamente, pelo exercício da vida cidadã nos marcos de um Estado que determina direitos e deveres.

O currículo base da área de humanidades tem como ponto de partida algumas categorias fundamentais que devem ser tematizadas e problematizadas de acordo com os princípios já citados. Dentre essas categorias, consta o tópico “Política e Trabalho”, tomando a política como “[...] ação e inserção do indivíduo na pólis, na sociedade e no mundo, incluindo o viver coletivo e a cidadania” (BRASIL, 2018a, p. 567). Assim, o conceito de cidadania insere-se entre as temáticas essenciais a seres abordadas pela área de Ciências Humanas e suas Tecnologias. Para abordar a política, é necessário remeter a visões sobre o bem público, sobre o conceito de justiça, sobre a organização do Estado e do poder – todos esses relacionados à construção da cidadania.

Além disso, a BNCC afirma que esses tópicos precisam ser abordados por meio de uma lógica pluralista, com espaço para a compreensão da heterogeneidade de visões e desenvolvimento de um tratamento de respeito a essa heterogeneidade. Com isso, a Base Nacional afirma que o ensino pode obter ganhos éticos relacionados a valores tomados como



essenciais em sua proposta pedagógica. Mais uma vez, aparece o conceito de justiça social, que, conforme já defendido, está imbricado ao de cidadania.

A relação entre a construção de valores e o exercício da cidadania fica mais evidente na abordagem da Competência Específica seis das Ciências Humanas e suas Tecnologias, que trata da participação do debate público de forma crítica, respeitosa e coerente com o exercício da cidadania e do projeto de vida individual, por meio dos valores da liberdade, da autonomia, da consciência crítica e da responsabilidade. A fundamentação dessa competência é reproduzida a seguir:

A construção da cidadania é um exercício contínuo, dinâmico e que demanda a participação de todos para assegurar seus direitos e fazer cumprir deveres pactuados por princípios constitucionais e de respeito aos direitos humanos. Assim, para que os estudantes compreendam a importância de sua participação e sejam estimulados a atuar como cidadãos responsáveis e críticos, essa competência específica propõe que percebam o papel da política na vida pública, discutam a natureza e as funções do Estado e o papel de diferentes sujeitos e organismos no funcionamento social, e analisem experiências políticas à luz de conceitos políticos básicos.

Para o desenvolvimento dessa competência específica, a política será explorada como instrumento que permite às pessoas explicitar e debater ideias, abrindo caminho para o respeito a diferentes posicionamentos em uma dada sociedade. Desse modo, espera-se que os estudantes reconheçam que o debate público – marcado pelo respeito à liberdade, autonomia e consciência crítica – orienta escolhas e fortalece o exercício da cidadania e o respeito a diferentes projetos de vida. (BRASIL, 2018a, p. 578).

Percebe-se, por esse trecho, que a BNCC trata a tarefa de construção da cidadania como um exercício permanente que passa pela participação política, pelo debate de ideias crítico, livre, autônomo e respeitoso e pela responsabilização perante a direitos e deveres. Cabe à área de humanidades no Ensino Médio desenvolver no jovem a percepção da política como espaço de debates de posicionamentos e projetos e, ainda, a percepção de si mesmo como participante ativo nesse processo. Com isso, entende-se que o estudante incorpora a cidadania na prática e se coloca como agente de seu exercício.

As DCNEM (BRASIL, 2018b) são mais sintéticas em sua abordagem das Ciências Humanas, mas afirma que elas devem visar, dentre outros objetivos, o aprofundamento de conhecimentos sobre processos políticos (BRASIL, 2018b). Tomando como base a concepção pedagógica que permeia esse documento, entende-se que o aprofundamento desses conhecimentos sobre política se dá por meio da mobilização de competências que articulem o saber e o saber fazer a respeito dessa esfera. E, como se mostra a seguir, a ABP pode ser um importante caminho para essa articulação.



### 3.2. APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS

Conforme salientado por Machado (2006), a necessidade e a capacidade de realizar projetos é inerente ao ser humano. Nos desafios colocados pela vida cotidiana, somos demandados a desenvolver objetivos e traçar planos para alcançá-los. O princípio da ABP é trazer esse processo para dentro da sala de aula, integrando-o a objetivos específicos de aprendizagem.

No endereço eletrônico do *Buck Institute for Education* (BIE), algumas características são colocadas como componentes da ABP. Essa metodologia deve partir de um problema ou uma pergunta desafiadora, capaz de gerar interesse nos alunos e movê-los em busca de sua solução. Tal problema deve estar contextualizado com a vida real, garantindo seu caráter autêntico na relação com o mundo cotidiano. Para responder à questão motriz, os alunos devem trabalhar de forma cooperativa, em grupos, investigando com rigor aquilo que lhes cabe. Nesse processo, é essencial que os estudantes tenham oportunidade de refletir, criticar e analisar o projeto, sua qualidade e seus desafios. Paralelo a isso, deve ser construída uma dinâmica de *feedbacks* constantes, que partem tanto dos alunos, quanto dos professores e possibilitam o aprimoramento do projeto. Ao final desse processo, os estudantes devem apresentar publicamente seus resultados, já que eles são de interesse público (PBLWORKS, 2022).

Ainda de acordo com o BIE, a ABP deve se voltar para o desenvolvimento de habilidades essenciais inerentes ao ato de projetar. Tais habilidades devem ser situadas com conteúdos específicos, como objetivos de aprendizagem de um determinado projeto. Por fim, a ABP implica a obrigação de dar voz e possibilidade de escolha aos alunos. Isso acontece com estudantes opinando sobre a estruturação geral do projeto e com a responsabilidade de pensar, avaliar e fazer escolhas na execução de seu próprio projeto, com autonomia.

Essa Aprendizagem surge, primeiramente, no início do século XX para o ensino de medicina e depois avança para a educação básica (DEWEY, 1933 *apud* BENDER, 2014). No contexto de uma educação voltada para o desenvolvimento de competências, a ABP ganha um destaque maior, articulando o saber e o saber fazer. Bender (2014) destaca a capacidade de a ABP preparar os estudantes para os desafios do século XXI. Diante de um mundo com abundância de informações, muitas vezes percebidas de forma caótica, faz-se necessário desenvolver a habilidade de encontrar caminhos para produzir sentido em meio a esse caos aparente. A proposta da ABP aponta para um encontro com essa necessidade, já que os estudantes são estimulados a pesquisar e encontrar soluções com autonomia.



Conforme citado, na ABP, os alunos devem ser colocados diante de uma questão norteadora. Muitas vezes, tal questão será formulada na forma de uma situação-problema. Como destacado por Echeverría e Pozo (1998), a formulação de um problema deve levar em conta que nem sempre aquilo que é um problema para um professor é também um problema para seus alunos. Cabe à escola incentivar a “[...] busca e apropriação de estratégias adequadas não somente para darem resposta a perguntas escolares como também às da realidade cotidiana” (ECHEVERRÍA; POZO, 1998, p. 14). O problema será tomado como tal pelos alunos à medida que sentirem que ele merece ser questionado e investigado. Uma estratégia útil para que isso se concretize é justamente a utilização de problemas do cotidiano dos estudantes.

Levando em conta tal característica, a proposta da ABP satisfaz a necessidade de um ensino vinculado ao cotidiano e contextualizado, conforme proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (TOYOHARA *et al.*, 2010).

De acordo com Machado (2006), há, ao menos, três elementos fundamentais em um projeto: “[...] a referência ao futuro, a abertura para o novo e o caráter indelegável da ação projetada” (MACHADO, 2006, p. 5). A primeira característica evidencia o fato de que um projeto sempre se refere a um futuro passível de construção, ou seja, um futuro a ser construído no processo. Tal construção deve implicar, necessariamente, uma abertura para o novo – já que um futuro previsível e semelhante ao passado não demanda a ação de projetar.

É válido destacar também, segundo Machado (2006), que todo esse processo de projetar pressupõe uma ação anterior, que é a formulação de sonhos e utopias. O ser humano imagina um mundo mais adequado que o atual e é essa imagem que o move para a realização de seus projetos. Tais projetos podem ser individuais ou coletivos, mas, de qualquer forma, terão que remeter a uma visão de sociedade. Conforme salienta Machado (2006), a articulação entre os projetos individuais e coletivos é um dos grandes desafios da humanidade, em geral, e da educação, em específico. A ausência de projetos coletivos é um sintoma e uma causa de problemas sociais críticos e profundos. A ABP pode colaborar para combater isso, articulando inteligência e cidadania (MACHADO, 2006), já que o estudante é chamado a pesquisar, mobilizar conhecimentos e buscar soluções levando em consideração a si mesmo e ao outro.

#### **4 EDUCAR PARA A CIDADANIA A PARTIR DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS**

Os trabalhos revisados na seção anterior indicam que a ABP tem compatibilidade com a educação para a cidadania. Com isso, propõe-se aqui sua utilização para o estudo de política



no Ensino Médio, por meio da área de Ciências Humanas e Suas Tecnologias. Compreende-se que a metodologia proposta permite, desde sua forma, avançar nessa formação cidadã.

A ABP proporciona que o estudante articule projetos individuais e coletivos, e esses projetos referem-se sempre à esfera dos valores e das escolhas baseada neles. Conforme afirma Machado (2006, p. 7), “[...] como seres humanos, não vivemos sem projetos; mas as metas que elegemos são sempre sustentadas por uma hierarquia de valores.” Assim, o hábito de elaborar e resolver projetos insere-se dentro do processo de construção da cidadania, já que se reconhecer e atuar como cidadão implica uma consideração sobre a hierarquia de valores individuais e coletivos para orientar a ação na sociedade.

Bender (2014), ao analisar pesquisas que demonstram impacto positivo da ABP na aprendizagem dos alunos, destaca que uma das razões para isso é o envolvimento dos estudantes, que decorre da possibilidade de escolher perante a desafios do mundo real. Aprender a escolher, movido por valores e interesses, é um processo importante na constituição da vida cidadã. Além disso, toda a bibliografia sobre o tema destaca que a cooperação é parte essencial da ABP, e esta é uma condição necessária para o exercício da cidadania – já que ninguém é cidadão solitariamente, e sim na relação com uma coletividade que circunscreve direitos e deveres.

Além disso, o presente artigo propõe que essa metodologia seja utilizada para um estudo específico da esfera política no Ensino Médio. O estudante pode ser convocado a elaborar um projeto a partir de um problema claro e conectado ao contexto do jovem: quais fatores devem ser considerados para que eu decida meu voto? Essa pergunta é central na vida cidadã dentro de um Estado democrático e faz parte do cotidiano de uma pessoa que caminha para se inserir nessa vida cidadã. Aqui, é necessário destacar que a cidadania não pode se resumir ao voto, já que a esfera de direitos e deveres não se realiza somente por meio dele. Entretanto, é impossível prescindir dele para a constituição de uma cidadania plena. Além disso, conforme proposto por Echeverría e Pozo (1998), a ABP tem como objetivo essencial criar no estudante o hábito de propor problemas e resolvê-los. Ao praticar esses procedimentos diante de uma questão específica, o jovem está mais próximo de incorporá-los como hábitos, e essa incorporação é essencial para formar indivíduos com consciência e prática cidadã.

Outro destaque necessário é que propor essa pergunta no Ensino Médio não significa que o professor será responsável por respondê-la. Pelo contrário, a ABP pressupõe que o



estudante, autonomamente, busque a construção dessa resposta, com seus pares e tendo no professor um aliado para potencializar sua própria busca.

Ao professor, caberia o papel de proporcionar fontes para que os estudantes façam sua investigação, e ajudá-los diante das possíveis dificuldades para analisá-las. Essas fontes poderiam variar de acordo com os componentes curriculares envolvidos no projeto. Um professor de Filosofia, por exemplo, poderia contribuir com referências bibliográficas dos filósofos contratualistas, que trazem, de forma diferenciada, ideias sobre qual a origem e a função do Estado moderno. Ao investigar essas concepções, os alunos podem elaborar suas próprias visões sobre elas. Sugere-se como bibliografia básica *O Leviatã*, de Thomas Hobbes, *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, de John Locke, e *O contrato social*, de Jean-Jacques Rousseau. O livro *Os clássicos da política*, de Francisco Welffort, também pode ser um bom suporte teórico – tanto ao educador, quanto aos alunos. O professor poderá indicar que os alunos estudem o pensamento de Hobbes, Locke e Rousseau tentando compreender: como esses autores explicam o surgimento do Estado moderno? O contrato social e o Estado que se origina dele vem para resolver qual problema existente antes? Quais condições básicas para o Estado são apontadas como necessárias para que ele cumpra o papel que lhe foi dado em suas origens?

Essas perguntas podem ser gatilhos para que os estudantes se apropriem das teorias políticas da Filosofia na análise da própria realidade. Assim, os estudantes ganham fundamentos teóricos para analisar as propostas de distintos candidatos: o que esses candidatos afirmam como obrigação básica do Estado? O que esses candidatos propõem para que o governo cumpra seu papel? De que maneira essas ideias se relacionam às visões de filósofos analisados?

Dessa forma, o professor propõe conhecimentos iniciais que possam servir de ponto de partida para a elaboração própria do estudante. Os conteúdos factuais e conceituais não são opostos à ABP; pelo contrário, conforme destacado por Echeverría e Pozo (1998), os procedimentos sempre se aplicam a determinados conteúdos dessa envergadura.

Entende-se que a proposta aqui apresentada pode ser adaptada a diferentes realidades, mas sempre implicando que o estudante tenha uma experiência de se envolver em um debate concreto e indispensável da vida cidadã. Na BNCC, afirma-se que as aprendizagens do Ensino Médio “[...] devem assegurar aos estudantes a capacidade de acompanhar e participar dos debates que a cidadania exige, entendendo e questionando os argumentos que apoiam as diferentes posições” (BRASIL, 2018a, p. 479). Logo, é necessário que, desde a escola, os



estudantes participem ativamente de debates que a vida democrática exige – incluindo aqueles relacionados ao voto.

## 5 CONCLUSÃO

Nesse artigo buscou-se demonstrar a pertinência de um estudo de política no Ensino Médio por meio do ABP. Entende-se que a formação cidadã é uma constante nos documentos oficiais que orientam o ensino no Brasil, e não pode ser ignorada no currículo das escolas. Por mais que os documentos não evidenciem de forma completa e definitiva o significado dessa formação cidadã, pode-se aferir que ela passaria pelo processo de busca de uma sociedade mais justa humana e ambientalmente. Essa busca exige que o estudante elabore suas próprias concepções de justiça, a partir de seus valores e da convivência pluralista com os valores da sociedade. Como em outras temáticas, o avanço dessa habilidade não se dá sem sustentação; sua qualidade depende do contato com os conteúdos procedimentais, conceituais e factuais já legitimados dentro de um campo teórico. Cabe, portanto, à área das Ciências Humanas e suas Tecnologias a tarefa de disponibilizar ao estudante esses conteúdos essenciais de sua esfera epistemológica. Como fica evidente nos documentos que foram sistematizados, esses conteúdos devem envolver as temáticas políticas de formação do Estado e participação em suas esferas.

Os documentos também deixam nítido que não há formação para a cidadania sem relação com os debates concretos de uma vida cidadã, dentre as quais, insere-se o processo de analisar governos e candidatos para decidir um voto. Na proposta aqui apresentada, entende-se que isso pode ser mais bem realizado por meio da ABP, dando ao estudante autonomia e capacidade de escolha para resolver problemas da vida real a partir da proposição de um projeto.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que colaboraram com nossa trajetória acadêmica e aos educadores que enfrentam cotidianamente o desafio das salas de aula e tornam possível a evolução da atividade docente.

## REFERÊNCIAS

BENDER, Willian. **Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI**. Rio Grande do Sul: Penso Editora, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 08 fev. 2022.



BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018b. Disponível em: Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622). Acesso em: 05 jan. 2022.

ECHEVERRÍA, Maria del Puy Pérez; POZO, Juan Ignacio. Aprender a resolver problemas e resolver problemas para aprender. In: POZO, Juan Ignacio (org.). **A solução de problemas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FERREIRA, Gabriela Nunes; FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Cidadão e cidadania. In: GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Vol. 2. São Paulo: Fundap – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013. p. 70.

MACHADO, Nilson José. **Educação: projetos e valores**. 6a. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

PBLWORKS. [Site institucional]. Disponível em: <https://www.pblworks.org/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

TOYOHARA, Doroti Quiomi Kanashiro; SENA, Galeno José; ARAÚJO, Almério Melquíades; AKAMATSU, Jânio Itiro. Aprendizagem Baseada em Projetos uma nova estratégia de ensino para o desenvolvimento de projetos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL PBL2010, 1., 2010, São Paulo. **Resumos e trabalhos completos...** São Paulo: USP; PAN PBL, 2010.